

DEBATE: UMA NOVA GUERRA FRIA?

Maria Raquel Freire

Os acontecimentos do «Verão quente» no Cáucaso do Sul devem ser analisados num contexto amplo de políticas e opções, dinâmicas variáveis que se conjugaram na espiral de violência com início na noite de 7 para 8 de Agosto de 2008, quando tropas russas invadiram a Geórgia através da Ossétia do Sul. As relações entre a Geórgia e a Rússia têm sido difíceis desde a desagregação da União Soviética, com as declarações de independência das repúblicas da Abcásia e da Ossétia do Sul em 1991, não reconhecidas pelas autoridades centrais em Tbilissi, a complicarem o cenário. Mesmo a adesão tardia da pequena república georgiana à Comunidade de Estados Independentes (CEI), no Outono de 1993, acabou por resultar da pressão económica e política russa, mais do que da vontade expressa daquela.

O curso pró-ocidental da Geórgia, com desejo manifesto de adesão às estruturas ocidentais, em particular a NATO e a União Europeia (UE), traduziu-se nos últimos anos na implementação de reformas várias a diferentes níveis sectoriais. Apesar de grandes transformações, as dificuldades da transição não são pequenas. O Presi-

dente Saakashvili, que assumiu os destinos do país após a «Revolução Rosa» (2003), contando com amplo apoio ocidental, desenvolveu um estilo dinâmico de governação, em que por vezes a impaciência se tem revelado inimiga da morosidade inerente aos processos de consolidação democrática. Os discursos inflamados contra uma Rússia descrita como agressora e imperialista, onde o factor energia não é descurável, e o aumento claro de intensidade nas referências à integração plena da Abcásia e da Ossétia do Sul no Estado georgiano, num curto prazo, são reveladores das dificuldades no relacionamento bilateral com Moscovo.

Um curso claramente gradativo de retórica confrontacional, num pano de fundo complexo onde a intersecção de interesses estratégicos culminou na instabilidade e violência a que assistimos na Geórgia. Uma questão com diferentes impactos: a nível interno, no processo de transição em curso na república; a nível regional, com a Eurásia sobressaltada face à escalada de violência e aos possíveis efeitos destabilizadores que daqui podem resultar, como por exemplo no conflito do Nagorno-Kara-

bak, e com actores regionais como o Irão e a Turquia bem atentos ao desenrolar dos acontecimentos; e a nível internacional, num contexto geoestratégico alargado de tensão entre a Federação Russa e o Ocidente, nomeadamente os Estados Unidos e a Europa. Contexto este que tem permitido o discurso de uma nova Guerra Fria, uma construção imagética artificial e demasiado dramática, que os acontecimentos deste Verão quente não deixaram de alimentar.

Face às acções de Tbilissi, a Rússia não perdeu a oportunidade de, sem margens para dúvida, demonstrar o seu poderio e fazer valer as suas afirmações quanto à extensão da sua influência no espaço ex-soviético. A intervenção armada na Geórgia foi a concretização de uma acção esperada, tendo sido avançada num contexto internacional com contornos de dissensão claros. De facto, a Rússia demonstrou o seu descontentamento face a um conjunto de acções que descreve como provocadoras, não só da parte da República da Geórgia, mas também e em grande medida dos seus aliados ocidentais. Deste modo, Moscovo demarcou as linhas relativas a áreas de influência e interferência, enfraquecendo uma Geórgia cujo curso pró-soviético de desalinhamiento era há muito entendido como provocador, reforçando a sua política de contenção dos Estados Unidos na Eurásia, e sublinhando o posicionamento que pretende ver reconhecido numa nova ordem internacional ainda em definição.

O descontentamento russo face ao que descreve como ingerência ocidental, e cujo tom agreste foi gradualmente aumentando

de intensidade, inclui a política de alargamento da NATO, que a Rússia entende como hostil, em particular pós-2004, quando os estados bálticos entram na organização e o ministro russo da Defesa Sergei Ivanov comenta que a partir de então a NATO tem capacidade para ter estacionados jactos de combate a apenas três minutos de voo de São Petersburgo (um sentimento de cerco explorado especialmente no seio das elites militares russas)¹. Na Primavera de 2008 este descontentamento atinge novo pico com a possibilidade de extensão do plano de acção para adesão à Geórgia e à Ucrânia (adiado na Cimeira de Bucareste, para agrado de Moscovo); o apoio às «revoluções coloridas» no antigo espaço soviético, entendido como propaganda anti-Rússia; o desenvolvimento do escudo de defesa antimíssil, que Moscovo entende também como hostil² e que a crise na Geórgia apressou (a Polónia assinou o acordo preliminar nesta matéria com os Estados Unidos); a intervenção norte-americana no Iraque, com o seu enquadramento de legalidade e legitimidade duramente questionado pela Rússia; o reconhecimento da independência do Kosovo, sem a obtenção prévia de um acordo que reunisse consenso entre as partes, como Moscovo defendia, entre outros. Os aumentos do nível de tensão são visíveis, e as respostas russas também. O discurso torna-se vinicamente mais duro (as palavras de Putin na Conferência de Munique em Fevereiro de 2007 são claras) e a formulação mais agreste, como no novo conceito de política externa russa de Julho de 2008, sendo que as acções tornam-se mais evidentes – por

exemplo, e além das acções na Geórgia, Moscovo abandona o Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (CFE) em finais de 2007.

Numa lógica de afirmação de poder, que não inverte objectivos mas claramente reforça os meios de implementação, a política externa russa assume-se como mais proactiva, embora num alinhamento defensivo. O pragmatismo assertivo de Medvedev, num exercício de continuação da política externa de Vladimir Putin, reforça o princípio de que a CEI é uma área preferencial de intervenção, tendo aí menor flexibilidade negocial face ao envolvimento de terceiros. Ou seja, a maior assertividade nas políticas russas tem-se afirmado em reacção a um conjunto de desenvolvimentos e práticas (exemplificados acima) que Moscovo entende como provocadores.

Relativamente à Geórgia estes objectivos são concretizados nesta mesma lógica defensiva, embora nunca desenquadrados do facto de esta ser uma república estratégica no quadro da CEI. Apesar de apenas formalmente a CEI fazer sentido, dada a sua desarticulação e incapacidade de actuação, é ainda um marco referencial no espaço ex-soviético que Moscovo pretende preservar. Não tendo capacidade de travar o curso pró-ocidental das autoridades georgianas, bem como das ucranianas, Moscovo pretende com esta demonstração de força reforçar a sua oposição à política de alargamento da NATO ao coração da CEI, e ao mesmo tempo dar sinais do poder e influência que ainda detém, evitando o desmoronamento de um referencial ainda com algum peso ideológico. Por

um lado, e apesar da ineficiência da CEI, a Rússia remarca a sua posição de liderança neste espaço ao desenhar uma frente de oposição clara ao alargamento da NATO. Por outro lado, ao agirem em defesa dos seus interesses, as críticas de Washington a Moscovo de violação da integridade territorial de um Estado soberano e independente são ridicularizadas pela Rússia, que justifica as suas acções com base na defesa dos direitos das populações da Ossétia do Sul, vítimas de genocídio e acções de limpeza étnica perpetradas pelos georgianos³. Trocas de acusações e jogos de palavras que não são novos nestes contextos (veja-se os argumentos e contra-argumentos de ambas as administrações nos casos do Iraque ou do Kosovo, por exemplo).

O quadro securitário pós-II de Setembro é caracterizado pela intervenção liderada pelos Estados Unidos no Afeganistão, a negociação de bases militares americanas em algumas destas ex-repúblicas soviéticas, e consequentemente uma maior presença ocidental neste espaço da CEI. Inicialmente tal presença teve o consentimento de Moscovo, mas gradualmente deu lugar a receios quanto à natureza e extensão desta permanência, tornando mais complexa uma região estratégica fundamental. Estes desenvolvimentos sugeriram novas oportunidades aos governos de Baku, Tbilissi e Yerevan, no Cáucaso do Sul, face a um crescente contexto de rivalidades estratégicas internacionais. E o interesse internacional pela área, como afirma Svante Cornell, conduziu tendencialmente a uma polarização das políticas regionais⁴, maximizando diferenças, mas também apoios. A competição entre a

Rússia e o Ocidente é aqui exemplo, promovendo um nível adicional de complexidade às relações destes numa área onde o binómio cooperação/competição suscita simultaneamente linhas de colaboração e de fractura numa região já instável, condicionando políticas locais, regionais e o jogo de influências a nível internacional. As rivalidades existentes relativamente às políticas energéticas na Eurásia são reflexo de diferenças identificadas a um nível mais alargado. A Rússia tem usado a questão energética como forma de pressão política e económica sobre países vizinhos, como a Geórgia, mas também a Bielorrússia ou a Ucrânia. Esta estratégia tem implicações directas nas políticas energéticas europeias, e eventualmente, mais difusas nas políticas de Washington para a área. De facto, acusações à Rússia como parceiro instável têm sido formuladas por Washington e Bruxelas, apesar de a resposta da UE não ser concertada, e a «solidariedade institucional» falhar nas relações com Moscovo.

A acção militar da Rússia na Geórgia remete também para esta questão sinalizando o desacordo de Moscovo face a desenvolvimentos que entende como contrários aos seus interesses, tais como a política de diversificação energética em detrimento de Moscovo, e uma cada vez maior presença ocidental nesta área geográfica. Assim, além de uma demonstração de força, esta é também uma demonstração de que decisões essenciais em matéria energética relativas à Eurásia não podem ser tomadas sem o seu consentimento, retomando a imagem da velha Rússia «imperial».

É este contexto de tensão, visível em palavras e acções, que tem levado ao discurso da nova Guerra Fria, um discurso inflamado, mas cujo conteúdo não é convincente. O peso ideológico do período de Guerra Fria deu lugar a um pragmatismo assente em pressupostos diferenciados, onde o factor económico ganha relevo. A crescente interdependência a nível internacional, de que as políticas de produção/consumo energético são exemplo, a par do volume de trocas comerciais, não permitem uma sustentação séria deste argumento. A acrescentar que, mesmo nos momentos de maior tensão na Geórgia, os presidentes russo e norte-americano sublinharam de forma continuada a necessidade de manutenção de canais de diálogo. O Presidente Medvedev comentava quanto à relevância da relação que a Rússia «é parceira do Ocidente em temas como o Médio Oriente, Irão e Coreia do Norte»⁵. Na mesma linha, e também em meados de Agosto, o Presidente norte-americano George W. Bush referia que «uma relação contenciosa com a Rússia não é do interesse americano, bem como uma relação contenciosa com a América não é do interesse da Rússia»⁶. A continuação do diálogo é desta forma assumida por ambas as partes como essencial, mas mais essencial ainda se tornou a necessidade de definição de uma estratégia clara para as relações com Moscovo. E, neste quadro, a definição também de uma estratégia para a Eurásia incluindo a Rússia.

Esta deve assentar numa lógica positiva, baseada na identificação clara de problemas, mas também de áreas de cooperação. Deve revestir-se do entendimento de que

é necessário conferir substância à chamada «parceria estratégica», maximizando benefícios mútuos num jogo de soma positiva e ultrapassando velhas fórmulas compostas por receituários desadequados. E numa lógica de contenção, esta deve passar por princípios inclusivos assentes em interesses partilhados. A Rússia é um actor estratégico que na delineação de um mundo multipolar exige o reconhecimento do seu posicionamento e influência. A sua demonstração de força no Cáucaso do Sul, área de intersecção de grandes interesses estratégicos, é reflexo da sua política externa assertiva, do seu desejo de reconhecimento no sistema internacional, e de demonstração das suas capacidades nesta mesma nova ordem.

Numa lógica de afirmação no sistema internacional, os acontecimentos na Geórgia demonstram claramente o cariz assertivo, mas simultaneamente defensivo, da política externa russa, numa clara reacção a um conjunto de desenvolvimentos que ultrapassavam as suas vontades. Com esta acção militar, Moscovo pretende travar o alargamento da NATO, fazer recuar a pre-

sença ocidental na área da CEI, e deixar um sinal de aviso às antigas repúblicas quanto ao seu poder, influência e capacidade de acção. E, de facto, a Rússia conseguiu com a intervenção na Geórgia ganhos em diferentes níveis: a nível local, com o enfraquecimento da república georgiana, uma dupla vitória face a um apoio ocidental que não se materializou como Tbilissi esperava; a nível regional, com Moscovo a reafirmar-se na área e a sublinhar o seu envolvimento em matérias de interesse estratégico; e a nível internacional, demonstrando que a política de contenção face ao Ocidente não é mera retórica. No entanto, e apesar do nível de tensão, o discurso da nova Guerra Fria é desajustado num cenário onde a resposta ocidental é cautelosa e a Rússia se mantém disponível para dialogar. Num mundo multipolar assimétrico, a Rússia deixa assim, com a sua intervenção de força na Geórgia, um aviso claro: quer ser ouvida. Quanto aos Estados Unidos e à UE, além de condenarem esta acção, desconforme com os cânones internacionais (e que a Rússia deve entender enquanto tal), devem também saber ouvir. **Rf**

NOTAS

¹ Cf., por exemplo, SHANKER, Thom – «Russian faults NATO opening to Baltic States». In *The New York Times*, 15 de Agosto de 2004.

² Referências à recusa por parte dos Estados Unidos da proposta russa de Junho de 2007 de desenvolvimento de um sistema de defesa antimíssil conjunto numa base existente no Azerbaijão, são aqui exemplo.

³ Cf., por exemplo, «Transcript of remarks and response to media questions by Minister of Foreign Affairs of the Russian Federation Sergey Lavrov», Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Departamento de Informação e Imprensa, Moscovo, Ref. 1213-19-08-2008, 19 de Agosto de 2008.

⁴ CORNELL, Svante – «NATO's role in South Caucasus regional security». In

Turkish Foreign Policy Quarterly. Vol. 3, n.º 2, 2004, p. 126.

⁵ Medvedev citado em «Geopolitical chess: background to a mini-war in the Caucasus». In *democracynow.org*, 15 de Agosto de 2008.

⁶ Presidente GEORGE W. BUSH, «Georgia conflict: key statements». In *BBC NEWS*, 17 de Agosto de 2008.